

Folha de S.Paulo

Para ex-ministro, decisão vem da "falta de estudo" do juiz

LILIAN CHRISTOFOLETTI

DA REPORTAGEM LOCAL

O ex-ministro da Justiça Saulo Ramos, 79, afirmou que a "falta de escolaridade" justifica o entendimento dos quatro promotores e do juiz eleitoral que disseram que as entrevistas publicadas pela Folha e pela revista "Veja São Paulo" com a pré-candidata à prefeitura paulistana Marta Suplicy (PT) eram propaganda eleitoral.

"Atribuo isso realmente à falta de escolaridade dos promotores e, sobretudo, do juiz, que aceita uma proposição inédita como essa", disse. Os promotores que assinaram a representação são: Eduardo Rheingantz, 51, Maria Amélia Nardy Pereira, 45, Patrícia Aude, 41, e Yolanda Serrano de Matos, 31. O juiz que condenou o jornal, a revista e a petista foi Francisco Carlos Shintate, 40.

"Depois de nove, dez anos de vida jurídica, cometer erro dessa gravidade faz a gente pensar que um programa de reavaliação da magistratura seria uma boa idéia", disse Ramos, autor do livro "Código da Vida".

FOLHA - Como o sr. avalia a decisão que considerou propaganda eleitoral antecipada a entrevista com uma pré-candidata?

SAULO RAMOS - Esses promotores e o juiz não sabem ler texto de lei. A resolução do TSE é uma manifestação interpretativa do tribunal, na qual se lê que não caracteriza propaganda eleitoral a divulgação de opinião favorável a candidato, a partido ou a coligação na imprensa escrita. Então, de maneira alguma, uma entrevista pode configurar propaganda.

FOLHA - A Promotoria diz que houve abusos na entrevista.

RAMOS - Genericamente, abuso da liberdade de expressão é quando eu ofendo a honra, a dignidade ou a privacidade de alguém. Mas uma entrevista com idéias e programas não constituiu, de maneira alguma, propaganda eleitoral.

FOLHA - A Promotoria diz que, antes do dia 7 de julho, a imprensa pode falar sobre o perfil do candidato. Plataforma política, só depois.

RAMOS - Ao entrevistar um político, o jornalista vai perguntar se ele gosta de Fernando Pessoa? O que interessa isso? O que importa é a informação. Se fizer uma entrevista hoje com um pré-candidato à disputa de 2010, será propaganda antecipada? Não pode só porque vai haver eleição neste ano? O abuso é falar de problemas políticos, intenções administrativas, idéias políticas? Mas é justamente isso que constitui o motivo principal da entrevista! Por quê? Porque já não é mais o direito de liberdade de expressão, é o direito de informação, que é um direito do povo.

FOLHA - A que o sr. atribui o entendimento da Promotoria e do juiz, que têm anos de profissão?

RAMOS - A senhora já leu o português desse juiz? É terrível, ele não sabe escrever em português, com todo o respeito que tenho pelos cem anos da migração japonesa. Eu atribuo isso exatamente à falta de estudo, à falta de dedicação ao direito, que é uma ciência. O direito disciplina a nossa forma de vida. É claro que o político tem de falar de seus programas. Ele não tem de dizer se gostou do Cirque du Soleil. Atribuo isso realmente à falta de escolaridade dos promotores e, sobretudo, do juiz, que aceita uma proposição inédita como essa. Como a falta de escolaridade é tão gritante, acho que os tribunais não podem nem debater isso, têm de anular imediatamente. Quando a gente fica velho, perde a paciência com os mais moços. A gente vê umas barbaridades assim e se irrita.